



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE EXTENSÃO**

TRANSPARÊNCIA E IMPROBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Coordenação: DES. Inês da Trindade Chaves de Melo

Objetivo do curso: Atualização e aprimoramento dos profissionais do direito que atuam no ramos das ações de Improbidade Administrativa e.

Público-alvo: Profissionais, Estudantes e Operadores do Direito.

INFORMAÇÕES

Início: 02/10/2020

Término: 27/11/2020

Horários: 9h as 11h (4ª e 6ª feira)

Carga horária: 30h

Valor do Investimento: R\$ 450,00 (parcela única)

Inscrições on-line no site da EMERJ

De 10/09/2020 à 01/10/2020

Prazo para o pagamento:

Até dia 01/10/2020

Documentação para inscrição (Deve ser anexado a plataforma de inscrição):

- Documento oficial com foto
- Comprovante de depósito/transfêrencia

Dados para pagamento:

Depósito bancário identificado ou transferência bancária

Favorecido: EMERJ (CNPJ 35.949.858/0001-81)

Banco Bradesco (237)

Agência 6246-4

Conta corrente 3005-8

As aulas serão on-line pela Plataforma Microsoft Teams.

Importante:

- O participante só terá direito ao Certificado, caso obtenha 75% de frequência nas aulas.
- Todos os alunos receberão em seu e-mail cadastrado, o link de acesso no primeiro dia do curso.

PROGRAMAÇÃO

Aula 1 – 02/10/2020

Professor: Jessé Torres Pereira Júnior

Tema: Desafios e perspectivas das ações de improbidade administrativa

Aula 2 – 07/10/2020

Professor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Tema: Prescrição nas ações de improbidade administrativa

Aula 3 – 09/10/2020

Professor: Inês da Trindade Chaves de Melo

Tema: Métodos alternativos de solução de conflito em ações de improbidade administrativa

Aula 4 – 14/10/2020

Professor: Thaís Boia Marçal

Tema: Compliance e improbidade administrativa.

Aula 5 – 16/10/2020

Professor: Rodrigo Crelier Zambão da Silva

Tema: Improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário

Aula 6 – 21/10/2020

Professor: Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha

Tema: Improbidade administrativa nas contratações públicas

Aula 7 – 23/10/2020

Professor: Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas

Tema: Improbidade administrativa em matéria eleitoral

Aula 8 – 30/10/2020

Professor: Paulo de Bessa Antunes

Tema: Improbidade administrativa em matéria ambiental

Aula 9 – 04/11/2020

Professor: Rogério Gesta Leal

Tema: Improbidade administrativa em matéria urbanística

Aula 10 – 06/11/2020

Professor: Vinicius Leal Cavalleiro

Tema: Improbidade Administrativa em matéria tributária

Aula 11 – 11/11/2020

Professor: Improbidade administrativa por atos legislativos

Tema: Emerson Garcia

Aula 12 – 13/11/2020

Professor: Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega

Tema: Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)

Aula 13 – 18/11/2020

Professor: Daniel Amorim Assumpção Neves

Tema: Legitimidade ativa e passiva nas ações de improbidade administrativa

Aula 14 – 25/11/2020

Professor: Juliana Bonacorsi de Palma

Tema: Acordos nas ações de improbidade administrativa

Aula 15 – 27/11/2020

Professor: Carlos Vinicius Ribeiro Alves

Tema: Improbidade Administrativa por violação a princípios

PROFESSORES

Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega

Professor no IBMEC/DF, IBMEC/RJ, na Escola Superior de Advocacia - ESA/OAB-RJ e na CEPERJ. Professor convidado na Escola de Magistratura do RJ. Atuou como professor da Escola de Administração Fazendária - ESAF, em cursos voltados para preparação de servidores que atuam na área de correição. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2015), pós-graduado em Direito Empresarial pela FGV (2007) e em Direito do Consumidor pela EMERJ (2005). Foi Corregedor-Geral da União e Conselheiro do COAF. Foi Assessor Especial na Controladoria-Geral do RJ e advogado. Conselheiro da Association of Certified Fraud Examiners - Brasil Palestrante em eventos nacionais e internacionais que tratam da aplicação e aperfeiçoamento de mecanismos de governança corporativa e compliance. Representou o Brasil em eventos internacionais. Atuou como palestrante no Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro ? ENCCLA. Atuou como advogado no escritório Negri Advogados e no escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados

Carlos Vinicius Ribeiro Alves

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2001), Professor convidado de Direito Administrativo nas Universidades Federal, e Estadual de Goiás e Professor de Direito Constitucional na Fundação Escola Superior do Ministério Público. Ingressou em 2004 no Ministério Público do Estado de Goiás, onde é Promotor de Justiça, tendo integrado o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente como Núcleo de Apoio Técnico de Temas Transversais. Mestre em Direito do Estado na Universidade de São Paulo, onde pesquisou as funções administrativas do Ministério Público, sua natureza jurídica, discricionariedade e limites, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Doutor em Direito do Estado na Universidade de São Paulo onde pesquisou, sob orientação da Prof. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro as ações estatais restritivas de direitos individuais em benefício dos próprios titulares. Pós-Doutorando em Direito de Estado na USP com estágio de pesquisa em Yale. Membro da International Association of Prosecutor (I.A.P.) e da International Network to Promote the Rule of Law (I.N.P.R.O.L.). Professor na Escola Superior da Advocacia da OAB de Goiás e de São Paulo. Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo exercido por 4 (quatro) anos suas funções na Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência daquele Conselho. Atualmente é Membro Colaborador da CALJ-CNMP e integra o Comitê de Governança e Estratégia do Conselho Nacional do Ministério Público. Professor Adjunto de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Membro do CEDAU - Centro de Estudos de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico da USP -, presidido pela Profa. Dra. Odete Medauar.

Daniel Amorim Assumpção Neves

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2006). Professor titular do programa de Mestrado e Doutorado da FADISP. Professor convidado pelo Prof. Antônio Carlos Marcato nos cursos de mestrado e doutorado em direito processual civil da Universidade de São Paulo.

Emerson Garcia

Pós-doutorando, Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa e em Education Law and Policy pela European Association for Education Law and Policy (Antuérpia - Bélgica). Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Diretor da Revista de Direito e Consultor Jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça. Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP). Professor convidado de inúmeras instituições de ensino. Autor de diversas obras e artigos jurídicos, publicados no Brasil e no exterior. Examinador em mais de uma centena de concursos públicos, coordenando, inclusive, a Banca de Direito Constitucional em diversos Exames Nacionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Finalista do 58º Prêmio Jabuti, categoria direito, da Câmara Brasileira do Livro. Membro da Comissão de Juristas instaurada no âmbito da Câmara dos Deputados, responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992). Membro da American Society of International Law e da International Association of Prosecutors. Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral e Direito Internacional Público, atuando principalmente nos seguintes temas: conflito entre normas constitucionais, interpretação constitucional, direito à educação, direitos fundamentais, Ministério Público, combate à corrupção, improbidade administrativa, abuso de poder nas eleições, captação ilícita de votos e proteção internacional dos direitos humanos.

Inês da Trindade Chaves de Melo

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981) e mestrado em MESTRADO pela ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (2018). Atualmente é magistrado - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito administrativo, direito administrativo sancionador, improbidade administrativa, irdr e temas atuais de direito processual civil em honena.

Jessé Torres Pereira Júnior

Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1964-1968). Delegado do governo brasileiro à Conferência Internacional de Estados sobre a propriedade intelectual (Genebra - Suíça, 1971). Bolsista em curso sobre políticas sociais, no Centro Internacional da Infância (Paris, França, 1974). Participante do X Congresso Internacional sobre a proteção da infância e da adolescência (Montreal, Canadá, 1978). Colaborador da Enciclopédia Saraiva do Direito (1972-1979). Presidente da Fundação Estadual de Educação do Menor do Rio de Janeiro (1979-1983). Ingressou na magistratura de carreira do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 1984. Exerceu o magistério de Direito Administrativo e de Direito Constitucional em Faculdades de Direito privadas (1977-92) e em cursos preparatórios de candidatos ao ingresso em carreiras jurídicas superiores (1985-98). Leciona na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em temas de Direito Público (desde 1991), sendo seu professor emérito (desde 2012). Membro de bancas examinadoras de Direito Administrativo em concursos para o ingresso em carreiras jurídicas - Procuradorias do Estado, de Municípios e do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (1998-2015), Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2001-2006) e Senado Federal (2012). Conferencista, painelistas, expositor ou relator em cursos, seminários e congressos, regionais, nacionais ou internacionais, sobre processo administrativo, controles da Administração, licitações, contratações e responsabilidade civil da Administração Pública, promovidos por Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas, Órgãos e Entidades da Administração Pública, Universidades e Instituições de Ensino (desde 1985). Regente de cursos sobre licitações e contratações da Administração Pública, em eventos nacionais, regionais ou locais (desde 1989). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (desde 1994) e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (desde 1996). Editor da Revista ?Cidadania e Justiça?, da Associação dos Magistrados Brasileiros (1998-2002). Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (desde 2001). Membro dos Conselhos Editoriais da Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública e da Revista Fórum Administrativo (desde 2004); das Revistas Síntese, do Grupo IOB, desde 2011; do Boletim de Licitações e Contratos, da Editora NDJ, desde 2011. Sócio emérito do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil ? IBRC (desde 2003). Coordenador dos cursos de pós-graduação, lato sensu, em Direito Administrativo, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (desde 2012) e da Escola de Administração Judiciária (desde 2013). Membro eleito do Órgão Especial do TJ/RJ (2013-2015). Professor Convidado, em Cursos de Especialização, da Fundação Getúlio Vargas (desde 2014). Membro do Conselho de Sustentabilidade do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2016-2017). Professor Convidado em cursos de especialização da Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ (desde 2018).

Juliana Bonacorsi de Palma

Doutora (2014) e Mestre (2010) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School e bolsista da Lilian Goldman Perpetual Scholarship. Bacharel em Direito pela PUC-SP (2006). Foi visiting scholar na Washington College of Law - American University (2013-2014). Professora da FGV Direito SP nos programas de graduação, mestrado profissional e especialização - FGVLaw. Coordenadora do Grupo Público da FGV Direito SP e colaboradora da Escola de Formação Pública, da qual foi aluna (2004). Desenvolve pesquisas na área de Direito Administrativo, Regulação e Direito & Burocracia.

Paulo de Bessa Antunes

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito (1979), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999). Foi Visiting Scholar da Lewis and Clark School of Law (Portland, Oregon), Presidente da União Brasileira da Advocacia Ambiental - UBAA. Procurador da República aposentado, tendo exercido por diversos anos a atividade de proteção ao meio ambiental. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Direito e Políticas Públicas - PPGD~UNIRIO Professor de Direito Ambiental Autor de diversos livros

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Pós-Doutor em Direito pela Fordham University School of Law (NY). Doutor em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ). Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Pós-graduado em Direito do Estado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduado em Direito pela PUC/RJ. Professor Titular de Direito Administrativo do IBMEC. Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado e Doutorado (PPGD/UVA). Procurador do Município do Rio de Janeiro. Ex-Defensor Público da União. Professor de Direito Administrativo dos cursos de pós-graduação lato sensu da fundação Getúlio Varga (FGV) e da Universidade Cândido Mendes. Professor de Direito Administrativo dos cursos preparatórios para concursos públicos (Curso FORUM e CERS) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (IDAERJ). Membro do Conselho editorial da Revista Colonistas de Direito do Estado. Presidente do Conselho editorial interno da Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution (RBADR). Membro da lista de árbitros do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) e da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada (CAMES). Autor de livros e artigos jurídicos. Sócio-fundador do escritório Rafael Oliveira Advogados Associados. Advogado, árbitro e consultor jurídico.

Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha

Graduação em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro (2000). Mestrado (2006) e Doutorado (2011) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor-Adjunto de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Procurador do Município do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria Constitucional, Direito Constitucional, Administrativo e Tributário.

Rodrigo Crelier Zambão da Silva

Mestrando em Direito Público no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade Candido Mendes (2003). Atualmente é Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Professor do curso de Pós-graduação em Direito Administrativo Empresarial da Universidade Candido Mendes, Professor do Programa de Educação Continuada da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e da Escola Superior de Advocacia Pública (Rio de Janeiro). Também é Advogado no Rio de Janeiro.

Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas

Possui mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(2000). Atualmente é Procurador da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, professor de curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor de curso de pós-graduação da Universidade Cândido Mendes, professor de curso de pós-graduação do Fundação Getúlio Vargas e Membro de corpo editorial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito.

Rogério Gesta Leal

Possui graduação em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1987), mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1997) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Atualmente é professor titular da Universidade de Santa Cruz do Sul. e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul - FMP, nos cursos de graduação e mestrado em direito. É Coordenador Científico do Núcleo de Pesquisa Judiciária da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Brasileiros - ENFAM, e membro da Rede de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Conselheiro Científico do Observatório da Justiça Brasileira. Coordenador Executivo do Comitê de Gestão da Rede dos Observatórios do Direito à Verdade, à Memória e à Justiça das Universidades Brasileiras e membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência Memórias Reveladas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: estado-direito administrativo-sociedade, estado democrático de direito. Enfrentamento da corrupção pelo Direito Penal e Processual Penal. Sociedade de Riscos.

Thaís Boia Marçal

Mestre em Direito da Cidade pela UERJ (2018). Especialização em Direito Público e Privado pela EMERJ(2015). Especialização em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (2012). Graduação em Direito pela UERJ (2006). Advogada no Rio de Janeiro. Coordenadora Acadêmica da Escola Superior de Advocacia da OABRJ. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiro (IAB). Editora-chefe da Revista da Escola Superior de Advocacia da OABRJ. Árbitra no Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). Árbitra na Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada (CAMES-SP). Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar). Membro do Fórum de Transparência e Probidade Administrativa da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro da Comissão de Direito Público, Administrativo, Constitucional e Transparência Pública da OAB-RJ. Conselheira Suplente da Comissão de Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Ex-assessora na SEFAZ-RJ, TRF2 e TCERJ.

Vinicius Leal Cavalleiro

Possui graduação em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é Promotor de Justiça Titular da 8 Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Cidadania e Proteção ao Patrimônio Público. É Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito da Cidade - Urbanismo, da Proteção ao Patrimônio Público e Ambiental.